



## 14º Fórum da Associação Brasileira de Agribusiness Desdobramentos da crise



### Abertura

Carlo Lovatelli  
Presidente da Abag

Muito bom dia a todos, que mais uma vez nos honram com suas prestigiosas presenças. Este Fórum foi uma iniciativa muito bem sucedida da Abag. Começamos em 2004, com o tema Parcerias Público-Pri-

vadas. Vamos, portanto, para o seu quinto ano, agora, em 2009.

No último fórum, realizado em dezembro, cujo tema foi Conjuntura Econômica e o Agronegócio, convidamos para palestrar o professor Luciano Coutinho, presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Aquele evento mostrava a preocupação da diretoria da Abag com os desdobramentos da crise, que chegou por aqui com mais força no último trimes-

tre do ano, mais especificamente em outubro.

Celebramos seis meses de uma crise com sinais claros de uma bola de neve em evolução e crescimento em escala global. Sensibilizada, a Abag, ao longo deste ano, acompanhará de perto este cenário, com os olhos voltados tanto para as suas consequências, como às janelas abertas de oportunidades.

Se a crise tem dois lados, ela também tem a propriedade de acelerar processos

de mudanças. O empoçamento dos recursos e o aperto de liquidez afetam o funcionamento do agronegócio. Os bancos ficaram mais exigentes e seletos na concessão dos créditos. A análise do cadastro ficou rigorosa.

Por sua vez, algumas cadeias produtivas estavam alavancadas financeiramente, em projetos de expansão, seja para ocupação do mercado interno, bem como para inserção internacional. Milhares de propriedades agrícolas espalhadas por este país, com as mais diferentes escalas de produção, dependem da saúde financeira das usinas, dos frigoríficos e das esmagadoras.

Como acertar esta situação?

O sistema de crédito rural no País, criado com o foco de financiar a propriedade rural, tem mais de quarenta anos. A realidade atual é de agronegócio, com suas cadeias e agentes. A interdependência ficou acirrada entre os elos. A Abag sempre procurou mostrar isso.

A proposta de reforma na política agrícola é muito bem-vinda. Sabemos que há um grupo de trabalho com profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Banco do Brasil, Confederação da Agricultura e Pecuária e outras entidades, para tratar do assunto. A Abag já foi consultada.

Precisamos desatar de vez o nó entre crédito e endividamento no sistema, que perdura há décadas. Enfim, o modelo esgotou-se e não mais consegue atender às necessidades de capital de giro e investimento das cadeias produtivas.

Os novos títulos lançados pelo governo, em 2004, como o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), são exemplos de iniciativas positivas, que começam mostrar seus resultados.

Entre os nossos convidados, esses temas serão explorados com diferentes intensidades. Esperamos melhorar nossa massa crítica e nosso entendimento. Não é um trabalho individual, mas, sim, coletivo, de união de esforços e energia.

Vamos às nossas conversas.

## 1º Expositor

Luiz Lourenço  
Presidente da Cocamar

Tarei uma visão bem particular da nossa organização e também do estado do Paraná, com um reflexo na política nacional. É uma oportunidade importante para discutir alguns entraves sob o ponto de vista do agronegócio.

Como tem uma exposição midiática infernal, a crise está na cabeça de todos nós. Cada um dos setores da economia, e até mesmo entre as cadeias do agronegó-

medido quanto a investimento. Mesmo agora, com uma queda de rentabilidade, ele está com alguma capacidade de gerir o endividamento.

A questão da soja no Paraná é um capítulo à parte. O estado perde, neste ano, em torno de 6 milhões de toneladas entre milho, soja e outros grãos. Só na soja a perda é de 2 milhões de toneladas. Tudo por causa da seca prolongada durante outubro, novembro e dezembro. Praticamente não choveu em outubro inteiro, e aliás, em novembro inteiro e em dezembro, no norte, noroeste e oeste do estado. A produção, na região de Ponta Grossa é absolutamente normal.



cio, há dificuldades diferentes. Os setores mais industrializados (siderurgias, mineração, carros etc.), cujos produtos podem ter de algum modo postergado o seu consumo, tem mais dificuldades.

No Paraná, temos situações diferenciadas em função da seca. No caso específico da nossa cooperativa, felizmente, a crise não chegou. Os faturamentos estão normais e as vendas cresceram. São produtos de alimentação, com demanda contínua.

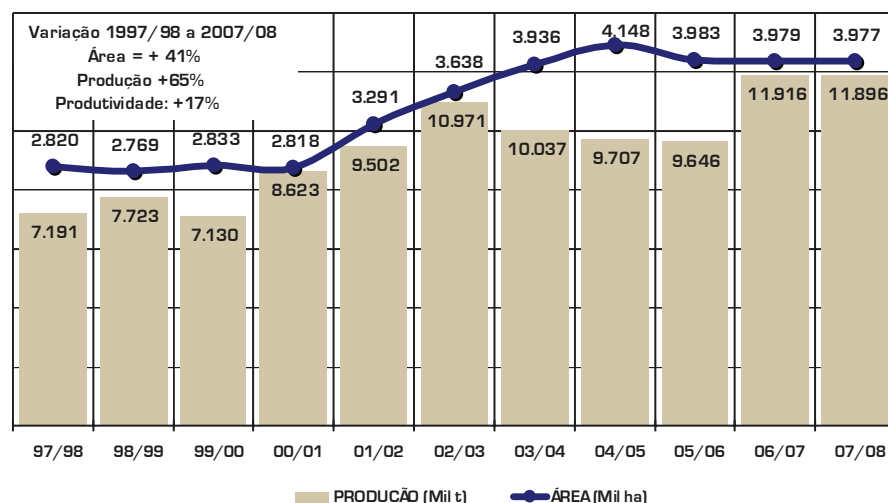
A crise de 2005 e 2006 foi severa em termos de preços e produção. Muitos produtores quebraram e trazem endividamento, com parcelamento no banco. Notamos o produtor um pouco mais co-

A Cocamar tem 25% da safra de 2007/08 sem comercializar. O produtor está com poupança para pagar e fazer os acertos de contas se for afetado pela baixa produtividade.

Há um erro estratégico importante para ser mencionado. Tivemos um plantio extremamente antecipado de soja no Paraná, que planta normalmente depois de 25 de outubro. Houve plantios em setembro, com variedade precoce e superprecoce.

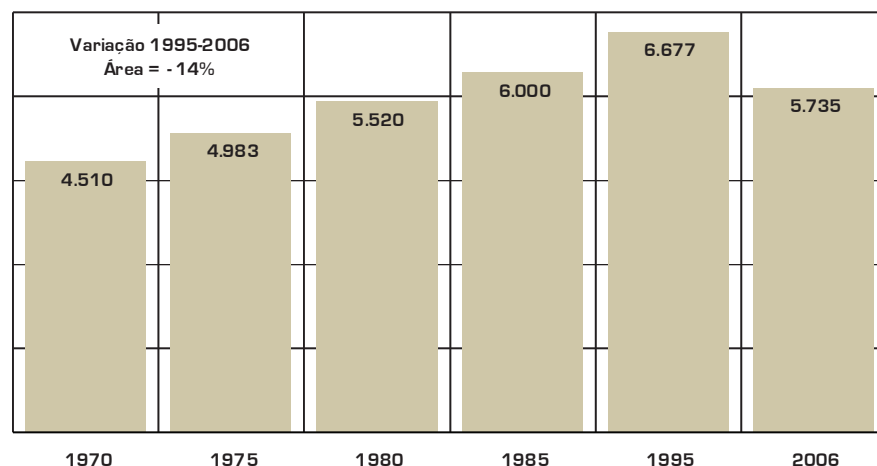
Como no ano passado tivemos um veranico entre janeiro e fevereiro, o produtor plantou antecipado para fugir desse evento novamente. Mas, inédito, o veranico agora se antecipou. Nunca, na histó-

## Pará: evolução da área e produção de soja



Fonte: Conab, março de 2009

## Paraná: evolução da área de pastagem (mil ha)



Fonte: IBGE em Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2008/09 - Seab/PR outubro/2008

ria da agricultura de soja no Paraná, isso tinha acontecido. O produtor é relativamente avesso às informações de época de plantio, arrisca em poucas variedades e acaba criando um problema relativamente sério.

O outro aspecto da questão da soja é a lentidão da comercialização. Na cooperativa, temos apenas 15% da safra entrante, com mais 25% da safra do ano passado, ainda. No Brasil, comercialização bem mais lenta que o ano passado poderá influenciar os preços futuros.

As quedas dos preços da soja, a partir da crise em setembro, foram compensadas com a desvalorização do real ante o dólar.

O preço mais alto ocorreu em julho de 2008, US\$ 16 dólares o *bushel*, e hoje estamos em US\$ 9. Uma queda de 41%. Em termos de reais o preço da saca foi de R\$ 48 para R\$ 45, com baixa de apenas 7%.

No milho, temos uma boa expectativa para a safra de inverno, com a antecipação do plantio da soja. O plantio mais cedo é uma tendência para fugir das geadas. Há necessidade de exportar porque estamos com uma oferta acima das necessidades internas. Os preços serão balizados pelos preços internacionais.

No ano passado, a avicultura teve um crescimento importante, principalmente nas exportações. Mas as perspectivas para

2009 são de dificuldade. Já se reduziram os alojamentos. Como lidera a produção de frango no Brasil, o Paraná tem muita importância nas vendas e na liquidação de milho e farelo de farelo.

Na suinocultura, o custo do quilo de produção está na ordem de R\$ 2,30, enquanto o mercado oferece R\$ 1,70. Se a Rússia importar alguma coisa, talvez os estoques diminuam e os preços melhorem.

A preocupação é grande na pecuária. No Paraná, praticamente não há frigorífico em funcionamento hoje. Os animais do estado são enviados para abate em São Paulo.

A cana também passa por uma fase difícil. A mandioca é um problema paranaense, com muita plantação e falta de mercado. É um produto que faz riqueza e pobreza muito rapidamente.

Nos últimos 20 anos nunca se parou de falar em renegociação. Precisamos resolver e tirar da pauta essa questão. Nunca se encerra uma renegociação sem recomençar outra. O trigo é um exemplo de comercialização desorganizada. Mesmo encalhado nas cooperativas do Paraná, mais da metade do produto consumido no Brasil é importado. O preço do ano passado foi recorde em diversas *comodities*, mas perdemos área de produção por falta de solução desses problemas.

Nas questões ambientais, há oportunidade para fazermos algumas modificações. O Paraná, por meio da Ocepar está realizando reuniões com os sindicatos rurais nas principais cidades. Percebemos uma divergência incrível quanto ao foco. A discussão é difícil e a pressão sobre o produtor é insuportável. A Abag precisa se engajar nesse processo.

Executamos um projeto especialmente na região do arenito do Paraná, que está subutilizada. Essa terra era uma floresta exuberante, uma terra fértil. Com a exploração, por mais de 50 anos com café, e depois com pecuária intensiva, esse solo perdeu fertilidade. É uma área imensa, de 3 milhões de hectares, da qual 2 milhões de hectares são pastagens. O faturamento da sua pecuária, de R\$ 400 por hectare, equivale a nove sacas de soja.



O projeto está sobre um solo arenoso, com sistema de integração lavoura e pecuária. Para viabilizar a agricultura na região, temos condições de:

- Utilizar a biotecnologia, com variedades mais resistentes à seca;
- Fazer a cobertura do solo, para mitigar os efeitos do aquecimento global.
- Reduzir o desmatamento com a incorporação de áreas da pecuária em baixa utilização.

Obrigado.

## 2º Expositor

Homero Pereira  
Produtor rural e deputado federal

Enquanto para outros segmentos da sociedade parece novidade, o agronegócio brasileiro está acostumado a administrar crises. Esta, agora, de natureza financeira e de falta de confiança, veio de fora para dentro. Sempre tivemos as nossas, mas com a confiança de parceiros, o setor nunca entrou em colapso. Mostramos capacidade de superação.

Temos preocupação sobre a escassez de crédito para a produção. Apesar de críti-

co de nosso modelo de financiamento, é o que dispomos. Como a área financeira nacional, principalmente os bancos privados, nunca priorizou o agronegócio como um cliente em potencial, as *tradings* ocuparam o espaço. O próprio governo também, ao longo dos anos, diminuiu o crédito rural.

Como produtor, fico meio desconfortável com isso. Gostaria que as *tradings* ganhassem dinheiro no mercado comprando o meu produto. No momento em que eu sou obrigado a comprar um pacote tecnológico, fico atrelado a ela e perco as oportunidades do mercado.

Em Mato Grosso, no ano passado, vendemos a saca de soja por US\$ 13, que na colheita chegou a US\$ 26. Poderíamos ter feito duas safras em uma, porém já tínhamos vendido para poder fazer o plantio. Então, a oportunidade que o sistema financeiro tem de ajudar é importante.

Com esta crise, até as *tradings* estão em dificuldade para captar dinheiro para financiar. Esperamos transmitir confiança como um setor capaz de dar uma resposta e reagir à crise.

A Abag tem o conceito de envolver a cadeia produtiva. É importante acreditar no setor. Temos problemas pontuais para corrigir, mas haveremos de superar a crise de crédito.

Ficamos na expectativa das crises serem passageiras e cíclicas, por períodos bem curtos. Há poucos dias, alguns técnicos da OCDE previam o auge da crise nos Estados Unidos para 2011. Tomara que os pacotes do presidente Obama consigam efetivamente evitar a contaminação sistêmica da economia.

Na economia brasileira, não especulamos. A crise pega a gente por outros motivos, a não ser em alguns setores pontuais. Esperamos superar isso o mais rapidamente possível.

Temos no País uma crise institucional, com alguns apêndices dentro da estrutura do Estado brasileiro. Conama, In-cra, Funai, por exemplo, legislam mais que o Congresso. Como produtor rural, de sempre fazer política classista, é uma frustração nesses dois anos no Congresso Nacional. Não aprovamos dez projetos de autoria dos deputados. É uma inversão de valores. A democracia está comprometida no modelo atual. As medidas provisórias trancam a pauta.

Tenho um projeto de lei para o Congresso Nacional legislar sobre matéria de criação e ampliação de reserva indígena. Não podemos ficar à mercê de um laudo antropológico, que amplia sem critério a área indígena. O Congresso Nacional tem de ser ouvido.

Na área do endividamento, o esforço para se buscar mecanismos e mitigar os seus efeitos do endividamento. Mas, lá na ponta, o gerente da agência não cumpre a lei, muitas vezes, de iniciativa do presidente da República, que baixou uma medida provisória. É o caso do Fundo de Recebíveis do Agronegócio. Vivemos um problema de crise institucional muito grave para o País.

Estávamos numa audiência pública para tratar da crise dos frigoríficos. O governo não tem programa para sanear esse setor tão importante. Há poucos dias, com a ameaça de demitir funcionários, houve redução de IPI para a indústria automobilística. Passaram a vender mais carros.

A gente vê não só no governo, mas também na sociedade, o preconceito arraigado contra o agricultor brasileiro.



Temos problema de comunicação. Faço um apelo à Abag e aos seus associados: precisamos investir em comunicação. Comunicamo-nos mal com a sociedade. Em Mato Grosso, temos uma estratégia de vários fundos para destacar no mínimo 10% em comunicação estratégica.

Fiz um ciclo de 14 palestras nas universidades em Mato Grosso, que tem na base da sua economia o agronegócio. Fiquei pasmo, vi cursos de agronomia - não de direito e antropologia - contra o nosso setor.

Precisamos falar com os alunos nas escolas e nas universidades. Não é comprar espaço na mídia, mas, sim, ter a sociedade a nosso favor, como no caso hipotético de uma crise de abastecimento, para entenderem que não somos capazes de regular o abastecimento.

Como o Brasil não tem um programa de segurança alimentar, mostrar à sociedade que pretendemos algum benefício para salvar também o consumidor, e não apenas nossa própria gente.

Apresentar a quantidade de áreas para indígenas e assentamentos rurais no País, acima das lavouras temporárias que nós temos, que são de 55 milhões de hectares.

Pelos dados da Embrapa, de acordo com a legislação, poderemos usar 33% do nosso território. Trinta e três por cento. A recomposição das APPs e Reserva Legal no estado de São Paulo custará R\$ 37 bilhões. No início dos anos 80, o governo estimulava a abertura de terras a partir das águas, para evitar o mosquito transmissor da malária.

Se hoje há um novo conceito, não dá para, de repente, embargar a propriedade e proibir acesso ao crédito. Somos pautados por gente sem a menor sensibilidade. O assunto começou a envolver os estados de São Paulo e do Paraná, de maiores pesos políticos. Antes estava muito focado na Amazônia.

Somos emissores de CO<sub>2</sub> na atmosfera. No *ranking* mundial estamos em 18º lugar, mas se levarmos em conta outros índices (emissão *per capita*), ficamos mais abaixo. De qualquer forma, já está impregnado no inconsciente coletivo o Bra-

sil como grande devastador do mundo. Temos de lidar com essas questões.

Interessante que somos o país que menos desmatou ao longo do tempo e com o maior volume de florestas. Temos o maior ativo ambiental do mundo, capaz de conviver a produção com a preservação. A solução está em valorizar a floresta em pé.

Quando houver alguém disposto a remunerar os serviços ambientais, o produtor, em vez de um sojicultor, será um jardineiro. Há que atribuir valor econômico à floresta em pé, remunerar o desmatamento evitado.

Hoje, a nossa produção é transportada, preferencialmente, pelo modal menos competitivo. Precisamos adaptar as embarcações ao rio. O navegador terá o interesse de não agredir o ambiente. Se asso-rear, não conseguirá navegar. O alimento chega mais caro à mesa do consumidor porque transportamos a produção pelo modal menos competitivo, que é o modal rodoviário.

As ferrovias são complementares. Para distâncias mais curtas continuará competitivo o modal rodoviário. Nas interme-

diárias, o ferroviário e, nas mais longas, o hidroviário.

O atual sistema de financiamento da produção está saturado, pois há:

- Falta de recursos;
- Custo elevado das operações de crédito;
- Seguro da operação financeira e não da atividade rural;
- Ineficiência na aplicação dos recursos do crédito rural;
- Subvenções diretas a terceiros e não ao produtor rural;
- Insegurança jurídica: total informalidade da empresa rural

Temos de buscar um novo modelo. Os recursos da exigibilidade caem junto com a redução dos depósitos à vista. É menos dinheiro para financiar a produção. Os recursos não atendem ao orçamento de custeio da safra 2009/10.

Terá de haver um processo de transição no triênio 2009/10/11. Para a comercialização da safra 2008/09, a aplicação de subsídio ao frete e a renegociação de dívidas na transição ao novo Sistema de Crédito Rural – Refis Rural.

## Reestruturação do crédito rural brasileiro

### PRESSUPOSTOS

**Formalização contábil e transparência patrimonial do produtor;**  
**Ampliar os benefícios tributários atuais;**  
**Financiamento integrado do produtor;**  
**Consolidação em base única de dados os compromissos financeiros do produtor;**  
**Alavancagem de novos recursos;**  
**Mecanismos para aumentar a oferta de crédito.**

### PROPOSTA

**Imposto de Renda Plurianual;**  
**Simples Rural;**  
**Seguro Rural compulsório;**  
**Fundo de Catástrofe;**  
**Isonomia entre o capital de terceiros e o capital do produtor rural.**

### GANHOS DO NOVO SISTEMA:

**Demonstração da capacidade de pagamento para fins de política de renda;**  
**Aumento da oferta de recursos para os financiamentos;**  
**Melhoria da segurança jurídica e redução dos custos financeiros do crédito;**  
**Redução dos custos do Seguro Rural;**  
**Melhoria do Sistema de Sanidade Animal;**  
**Sucessão da Empresa Rural.**

### Balanço de recursos para a safra 2009/10 (R\$)

1. Orçamento de custeio	
Algodão	4.077.733,0
Arroz	7.169.201,5
Feijão	8.221.874,4
Milho	28.337.024,0
Soja	25.876.756,9
Trigo	3.467.694,3
Demais grãos	1.673.160,0
<b>Total</b>	<b>78.823.444,1</b>
2. Disponibilidade	
Bancos	6.986.751,3
Recursos próprios	12.162.122,7
Tradings	4.140.297,1
Defensivos	2.070.148,5
Outros	517.537,1
<b>Total</b>	<b>25.876.856,8</b>

Fonte: SNA

Sobre a estimativa para recursos, certamente, o Guedes vai falar sobre isso, mas a gente sabe que é sempre aquém da nossa necessidade.

Na atual crise, o governo socorreu outros setores da economia com R\$ 337 milhões, enquanto o setor agropecuário ficou com R\$ 17,5 milhões. O governo prioriza a agricultura familiar. As *tradings* operam na agricultura empresarial. A classe média rural fica em situação grave. Tentamos colocar estratégias, há alguns municípios com estratégias, via cooperativismo, associação, condomínios etc.

O novo modelo de crédito rural pressupõe a transformação das propriedades em PJ. É um passo importante para dar mais transparência. Mas, é preciso acenar com benefício tributário para atrair o produtor. Hoje, o produtor financia no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Com CPF de todo mundo para poder sobreviver.

Os centros tecnológicos permitirão agregar valor à produção. Não dá para sair com produto *in natura* do interior desse país. Temos de transformar a produção para diluir o custo do transporte.

Conseguiremos superar mais esta crise. Na crise, é tirar o “se” e criar. Vamos ser, efetivamente, parceiros, daqueles dentro, antes e depois da porteira. Obrigado.

## 3º Expositor

Luís Carlos Guedes Pinto  
Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil

Nas reuniões feitas com os economistas do banco para entender melhor a crise mundial, tivemos alguns consensos sobre seu diagnóstico. Ocorreu um longo período de taxa de juros baixa nos Estados Unidos, com aumento substancial do crédito e da inflação dos preços dos ativos (em especial dos imóveis). Essa expansão do crédito foi acompanhada de inovações financeiras que visavam a retirar o risco dos balanços das instituições financeiras. O resultado foi um aumento da alavancagem do sistema financeiro e o aparecimento de uma riqueza virtual (financeira), sem lastro real.

A regulação permissiva combinada com a imprudência na concessão dos créditos levou a um “estouro da bolha imobiliária” (queda nos preços de imóveis e aumento na inadimplência). Com a falta de transparência nos balanços dos



bancos, a incerteza quanto às perdas ficou generalizada.

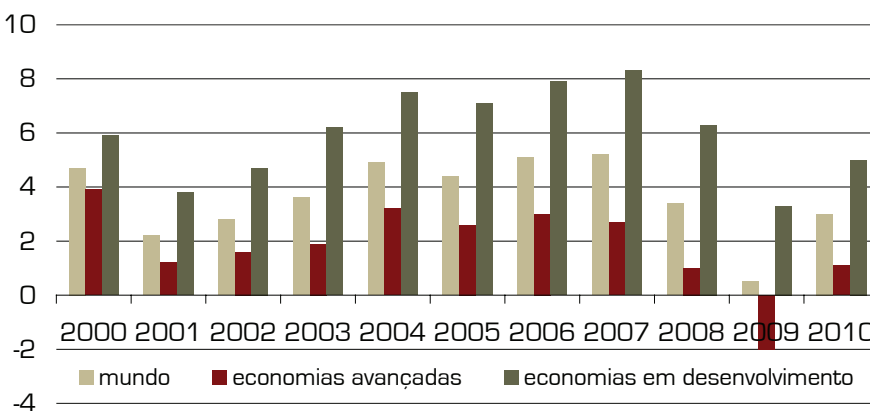
Esse “tsunami financeiro” apresenta duas fases. A primeira envolve um ajuste estrutural, com destruição da riqueza virtual e a desalavancagem financeira. A segunda é a destruição de renda, de emprego e de capacidade de geração de lucro.

A crise traz embutida em si dois sérios problemas: o de liquidez e o de insolvência, que estão interligados e se esparramam pelo mundo. Não existe o descolamento da crise entre as economias

### Economia brasileira: ações e pontos fortes

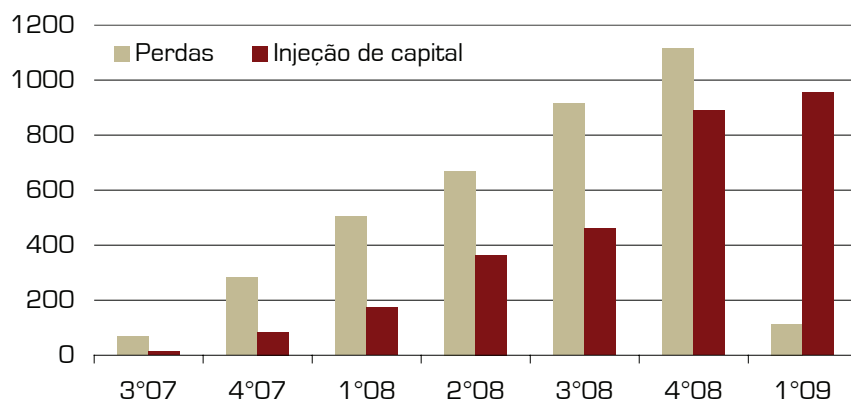
Medidas	Estabilidade macroeconômica
Redução dos compulsórios; Intervenção no mercado de câmbio; Crédito para o comércio exterior; Swap de moedas com o FED.	Bons fundamentos fiscais; Câmbio flutuante; Inflação baixa e sob controle; Banco Central autônomo.

### Evolução da taxa de crescimento (% ao ano)



Fonte e Projeções: FMI - World Economic Outlook (out/08) - atualizado (jan/09). Elaboração: Direo.

### Perdas ocasionadas pela crise (US\$ bilhão)



Fonte: Bloomberg. \* Dados atualizados em 26/02/09.

obs: Valores incluem bancos, seguradoras, Freddie Mac e Fannie Mae. Elaboração: Direo

avanzadas, que estão em plena recessão, e as chamadas economias emergentes, em forte desaceleração.

De acordo com o FMI, as taxas de crescimento no mundo das economias avanzadas e das economias de desenvolvimento foram elevadas até 2007, e caiu em 2008. A projeção para 2009 é de uma queda muito grande nas economias avanzadas. Segundo a Bloomberg, as perdas e a injeção de capital foram de US\$ 1 trilhão cada uma.

No caso brasileiro, há um relativo otimismo. Com reservas internacionais maiores que a dívida externa e baixa dependência de exportações para os Estados Unidos, a situação externa é menos ameaçadora. O sistema financeiro nacional, mais sofisticado e sólido, possibilita a manutenção do grau de investimento.

Esta crise, do ponto de vista global, passa pelo restabelecimento da confiança entre as instituições financeiras e os agentes econômicos, com o objetivo de destravar a liquidez. Os pilares para o crescimento e desenvolvimento sustentável estão nos fundamentos econômicos, nas políticas ativas e na agenda positiva.

De 2003 até meados de 2008, antes da crise, o agronegócio vivia um cenário de euforia. Havia grande fluxo de investimentos em plantas agroindustriais e empresas, via mercado de capitais, investimento direto e endividamento bancário. O câmbio e as taxas de juros internacionais incentivaram as empresas a tomar

crédito bancário em moeda estrangeira, boa parte com conjugação de *hedge*, nos mercados futuros de câmbio. Tanto o endividamento bancário, o mercado de capitais das empresas, bem como o cronograma de investimentos estavam dimensionados e escalonados com base nas expectativas então vigentes.

Por sua vez, com as perspectivas de aumento da demanda mundial por *commodities* agropecuárias (crescimento de renda do Bric e da agroenergia), o mercado consumidor estava em expansão. Com preço e prazo satisfatórios, podia captar recursos para refinanciamento dos compromissos.

Como algumas das empresas operaram os mercados futuros além das necessidades operacionais, com a crise, no segundo semestre de 2008, houve pressão sobre capital de giro. A apreciação do dólar e do euro aumentou o endividamento bancário, sem aporte de

novos recursos. As empresas passaram a reforçar as margens nas Bolsas de Futuros, desfalcando o seu capital de giro. Ao mesmo tempo, enquanto bancos internacionais reduziram a sua atuação no País, os nacionais reduziram o refinanciamento das dívidas, aumentaram as taxas e reduziram os prazos. Para piorar, os importadores da produção brasileira suspenderam compras, embarques, e muitas vezes, pagamento.

Nesse contexto, as empresas reagiram. Inicialmente, optaram pela manutenção da atividade industrial e buscaram mais crédito nos bancos, o que foi prejudicado pelo aumento do risco de endividamento. Depois, reduziram o ritmo da produção (desativação de turno de trabalho, férias temporárias etc.)

A partir de 2009, as medidas ficaram mais rigorosas, com cortes nos custos administrativos operacionais, redução dos estoques de insumos e de matéria-prima, dispensa de empregados, suspensão de pagamentos a fornecedores e credores e rediscussão de preços. Como isso não foi suficiente, empresas entraram em recuperação judicial, tiveram de desmobilizar patrimônio, interromper investimento em curso, e até procurar novos sócios.

Apesar do menor uso de insumos e da estiagem, as margens da safra 2008/09 serão positivas, com alguma redução nos custos de produção. O desafio é a próxima safra.

Nas cana-de-açúcar, no leite, nas carnes bovina, suína e de frango algumas empresas não estão cumprindo os seus compromissos de pagamentos aos produtores.

### Desembolso do Banco do Brasil (R\$ mil)

Produção	jul/07 a fev/08	jul/08 a fev/09	var. [%]
1. Familiar	4.005.551,03	4.772.345,74	19,1%
Custeio	2.952.280,07	3.368.240,32	14,1%
Investimento	1.053.270,95	1.404.105,42	33,3%
2. Empresarial	11.964.675,97	15.821.867,29	32,2%
Custeio	8.855.508,10	11.763.273,88	32,8%
Investimento	1.288.844,97	1.271.879,12	-1,3%
Comercialização	1.820.322,90	2.786.709,84	53,1%
Total	15.970.227,00	20.594.213,04	29,0%

Fonte: Banco do Brasil



Entre as possíveis ações estão aquelas de natureza interna, como aumentar a eficiência, reduzir custos operacionais e financeiros, desmobilizar e reperfilar as dívidas. Institucionalmente, as alternativas estão em buscar formas de reescalonar os débitos bancários do setor agroindustrial, sem caracterizar *default* ou aumento de risco. Para viabilizar para a safra 2009/10, o seguro de crédito, o seguro agrícola e a garantia de preços.

Quanto às empresas, as suas plantas agroindustriais não estão superdimensionadas. Se ocorrer a normalização dos mercados internacionais ao longo deste ano e do próximo, elas voltarão a ter alto valor e excelente mercado potencial. Há um estrangulamento de capital de giro, e um cronograma de pagamento de dívidas e de arrecadação de investimento em choque com as ofertas de novos recursos, e com um volume dos contratos comerciais e novos sócios.

O Banco do Brasil aumentou os seus desembolsos em 29,0% entre as safras 2008/09 e 2007/08.

Para concluir, acho que o grande desafio, além desses oito aqui colocados, é a proposta de uma agenda integrada para o setor. Existem muitos ministérios para cuidar da agricultura. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia etc.

Temos o grande desafio de fazer uma proposta do conjunto das entidades mais representativas do chamado agronegócio para a agricultura brasileira, com visão de curto, médio e longo prazos, para negociar com o governo federal, com metas e prazos definidos.

Li um relatório de março de 1945, e feito exatamente 64 anos atrás, que usei numa reunião de gerentes do Banco do Brasil, com produtores de arroz no Rio Grande do Sul. O documento é atualíssimo, quando analisa os problemas da lavoura em virtude dos fenômenos climáticos.

## Oito grandes desafios

**1. Resolver o problema da ocupação do território e da regularização fundiária. Definir uma política nacional de ocupar o território brasileiro. Superar esses problemas, sobretudo, na Amazônia. O Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, tem 44 anos e quatro meses.**

**2. A questão ambiental e de florestas está ligada à certificação ambiental, expansão agrícola, às técnicas de uso do solo, aos recursos hídricos e à preservação florestal. O tema já orienta decisões comerciais, a ponto de negócios deixarem de ser formalizados se o processo de produção não respeitar práticas sociais e ambientais corretas.**

**3. Financiamento rural e política agrícola. A volatilidade dos preços na agricultura decorre de seu caráter biológico e dependente da natureza. É uma atividade de oscilações. A política agrícola precisa ser adequada a isso. Há um grupo de trabalho formado pelo MAPA, MF, BB e a CNA para estudar a:**

- Diversificação das fontes;
- Crédito sistêmico;
- Simplificação de processos;
- Mitigadores de riscos;
- Dívidas rurais.

**4. Na sanidade animal e vegetal existem os riscos comerciais, o custo prevenção vs reparo, o papel do produtor e do governo e as ações da legislação. O descaso com a questão sanitária coloca em risco as demais fases da produção agropecuária.**

**5. Na pesquisa agropecuária, o Brasil detém a melhor tecnologia de agricultura tropical do mundo, mas cabe dar atenção maior às pequenas propriedades, investir mais na pecuária, reforçar o canal com o setor produtivo e ampliar a pesquisa privada.**

**6. Na agroenergia definir um planejamento de longo prazo, organizar mercados correlatos e ter competitividade internacional. A cana com pré-ciclo agrícola. Não é como o petróleo, que fica no poço, aguardando a necessidade para ser extraído.**

**7. Nas negociações internacionais, a abertura de mercados, contra as restrições comerciais pelo volume de subsídios, a favor de ampliar o número de acordos, capacitar os negociadores e diversificar mercados.**

**8. A incompreensão do real significado do termo agronegócio gera desgastes intensos e nocivos ao setor, como a dicotomia entre agricultura familiar e empresarial.**

Se não fizermos e não nos prepararmos, ficaremos encalhados. Em 1967, fundei a Associação Brasileira de Reforma Agrária. O Estatuto da Terra estava fazendo menos de três anos. O Japão desapropriou 42% das terras em 22 meses e fez a reforma agrária em menos de dois anos. A Coreia, coisa parecida. O processo tem de começar e acabar. Já faz 44 anos, não dá mais esse negócio de não definir metas e concluir o processo.

É a mesma coisa a renegociação. Tenho uma tabela das renegociações dos últimos 15 anos. Em virtude dos problemas variados, desde a vassoura-de-bruxa lá

do cacau, o problema do café, os efeitos do Plano Real, as estiagens etc. Estamos em constante renegociação, sem políticas mais estáveis. Alguns devem falar em nome do setor pelo menos nas questões mais estratégicas. Negociar com o governo federal a questão de rastreabilidade, da sanidade animal e vegetal.

Tomando a liberdade aqui, para manifestar que a gente tinha de ter essa abertura para o diálogo. Deixar os prejuízos e preconceitos. Estabelecer uma agenda comum, para que do lado do governo, superem-se essas questões ambientais.

Obrigado.